

Recasamento: percepções e vivências dos filhos do primeiro casamento

Remarriage: Perceptions and experiences of children from the first marriage

Daniela Heitzmann Amaral **VALENTIM DE SOUSA**¹
Cristina Maria de Souza Brito **DIAS**²

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo compreender as percepções e as vivências de filhos diante das mudanças ocorridas em suas vidas, no âmbito da convivência familiar, devido ao recasamento de um ou de ambos os pais. É uma pesquisa qualitativa cujos participantes são quatro adultos jovens. Eles responderam a uma entrevista analisada de acordo com a Análise de Conteúdo Temática. Pode-se concluir que, apesar das dificuldades iniciais devido às alterações na estrutura física, na rotina e na dinâmica da casa, com a introdução de novos personagens (padrasto/madrasta, meio-irmãos e irmãos socioafetivos), eles relataram mais aspectos positivos do que negativos nessa configuração, exceto um caso em que a participante apresenta dificuldades na relação com a madrasta.

Palavras-chave: Irmãos; Pais; Recasamento; Relações pais-filhos.

Abstract

This study sought to comprehend the perceptions and experiences of children faced with changes that occurred in their lives due to the remarriage of one or both parents, in the family life context. It is a qualitative study, the participants of which were four young adults. They took part in an interview that was analyzed using Thematic Content Analysis. It was concluded that, despite the initial difficulties due to changes in the physical structure, in the routine, and in the household dynamics, with the introduction of new characters (stepfather/stepmother, half-siblings and stepsiblings), the participants reported more positive aspects than negative in this configuration, except in one case where the participant presented difficulties in the relationship with the stepmother.

Keywords: Siblings; Parents; Remarriage; Parent-child relations.

Na sociedade contemporânea, o recasar-se tornou-se frequente: uma família se desfaz e outra

se organiza. Nesse processo, inúmeras dificuldades são enfrentadas, a exemplo do ingresso de novos

▼ ▼ ▼ ▼ ▼

¹ Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Artes, Pós-Graduação em Psicologia Social. João Pessoa, PB, Brasil.

² Universidade Católica de Pernambuco, Centro de Tecnologia e Ciências Humanas, Departamento de Psicologia. R. do Príncipe, 526, Boa Vista, 50050-900, Recife, PE, Brasil. *Correspondência para/Correspondence to:* C.M.S.B. DIAS. *E-mail:* <cristina.msbd@gmail.com>.

personagens; um deles é o novo cônjuge, que carrega os estigmas já concebidos no imaginário social, com conotações negativas, como a “madrasta malvada” e o “padrasto abusador” (Wagner, 2002, p.30). Outros que se integram à nova família são os filhos do novo cônjuge, denominados irmãos de convívio, irmãos políticos, irmãos falsos, coirmãos, irmãos por afinidade, irmãos tortos, irmãos do recasamento ou irmãos socioafetivos, que não possuem entre si vínculo consanguíneo (Maldonado, 1986, 2006; Oliveira, 2005, 2006; Wagner & Sarriera, 1999). Neste trabalho, optou-se por empregar a denominação irmãos socioafetivos, que se refere a vínculos psicossociais existentes entre pessoas sem ligação biológica ou jurídica e entre as quais há uma relação em que tenham sido exercidas funções maternas, paternas ou fraternas (Paulo, 2006).

Além desses personagens citados, que podem ingressar no convívio familiar, existe ainda a possibilidade do nascimento de um irmão proveniente dessa nova união, o denominado meio-irmão (Bucher, 1999; Falke, 2002). Essa configuração abarca um entrelaçamento de sentimentos, interesses, necessidades e expectativas que possibilita múltiplas formas de vivências por parte desses filhos, sendo essa experiência, muitas vezes, conflituosa. Competição, ciúme e rivalidade são comumente observados entre os irmãos socioafetivos. Dificuldades de relacionamento são frequentes no período inicial do recasamento. Devido à estrutura e ao funcionamento familiar, que precisam ser redefinidos, podem ocorrer problemas de interação com o novo cônjuge do genitor, sendo necessário, portanto, estabelecer novas fronteiras, contato e influência (Freitas, 2012; Maldonado, 2006; Paulo, 2006; Wagner & Sarriera, 1999).

As relações afetivas - nessa organização familiar -, podem ser muito delicadas para as crianças. Garbar e Theodore (2000) relataram que, psiquicamente, os filhos passam por ajustes que implicam reconstruir relações mais individualizadas com os pais após a separação, criar novos laços com o cônjuge de um ou ambos os genitores recasados e, eventualmente, com os irmãos socioafetivos (filhos do padrasto/madrasta). Os filhos podem ser con-

frontados com diferentes modos de vida e ter que se adaptar a dois novos núcleos que podem ser muito antagônicos entre si, até mesmo com orientações contraditórias. Desse modo, eles podem apresentar comportamentos e respostas distintos nesses núcleos.

Ao se considerarem as diferentes relações entre padrastos/madrastas, progenitores, enteados e filhos biológicos, não se pode esquecer a fratria na família recasada. Em relação às alterações que ocorrem com a chegada de um filho biológico na família nuclear e sua influência na dinâmica familiar, pode-se imaginar a complexidade de mudanças que as famílias recasadas vivenciam com a chegada de novos membros que não têm a mesma origem que a sua. Cano, Gabarra, Moré e Crepaldi (2009) consideraram que existem lacunas a serem preenchidas e sugeriram a realização de pesquisas que focalizem as diferentes fases do ciclo vital da família, bem como as peculiaridades dos relacionamentos nessa configuração familiar.

Nesta pesquisa, adotou-se o referencial teórico da Teoria Sistêmica, que caracteriza a família como um sistema composto por vários integrantes ou subsistemas que interatuam e se influenciam mutuamente. Ela teve como objetivo geral compreender a percepção dos filhos diante das mudanças ocorridas em suas vidas devido ao recasamento de um ou de ambos os genitores. Como objetivos específicos, pretendeu-se analisar: os fatores facilitadores e os originadores de conflito na convivência familiar; os sentimentos e as necessidades no processo de adaptação ao novo sistema, bem como as características do relacionamento estabelecido entre os vários subsistemas.

Peculiaridades da família recasada

Minuchin e Nichols (1995) pontuaram que, se em um primeiro casamento já não é fácil coordenar a educação dos filhos, uma vez que os pais estão inclinados a seguir ou a modificar as tradições nas quais foram formados, o que não dizer da dificuldade, em uma segunda união, para conciliar dois estilos diferentes de parentalidade, uma vez que já se estabeleceram regras e ritmos anteriormente?

Passar do “nós”, da primeira família, para o estabelecimento da identidade da segunda exige tempo e paciência. Pode acontecer que o sentimento de pertencimento desses filhos à família recasada nem se desenvolva por eles acreditarem que estão traindo um dos pais biológicos e por manterem um grande apego ao genitor com quem não residem (Ferraris, 2002).

Como Guimarães e Amaral (2009) apontaram, há um mergulho instantâneo em papéis e situações ainda não claramente definidos. Não há ligações biológicas e nem respaldo legal para as funções de padrasto, madrasta, enteado e irmãos socioafetivos. Possivelmente seja a convivência o fator de maior interferência na promoção e na consolidação da integração familiar.

Hackner, Wagner e Grzybowski (2006) e Peck e Manocherian (1995) observaram que a hostilidade presente no processo de divórcio segue o mesmo padrão que existia no período anterior à ruptura, ou seja, altos índices de conflitos e dificuldades durante o casamento permanecem no tipo de relação que será estabelecida no período pós-separação, sendo esse fator determinante na qualidade da parentalidade diante do término da conjugalidade. De acordo com Wagner (2002) e Guimarães e Amaral (2009), os filhos que mantêm o vínculo com ambos os pais conseguem lidar melhor com a ambivalência de sentimentos decorrentes da separação e com a possibilidade do recasamento dos genitores.

Quando se fala de filhos de “lares que foram desfeitos” com a separação, em que um ou ambos os cônjuges se recasaram, parece ainda ocorrer, no imaginário das pessoas, a concepção de filhos sofridos e, possivelmente, problemáticos, que foram perturbados pela experiência que vivenciaram e que potencialmente ainda vivem (Travis, 2003). No entanto, a chegada de um novo membro parental e a consequente estruturação familiar decorrente do recasamento pode ocorrer mais rápido quando os filhos percebem os pais felizes e tranquilos, e quando têm a impressão de pertencer novamente a uma família completa. Eles também se sentem aliviados por considerarem que, estando os pais recasados, ficam mais livres para viver suas vidas e saírem de

casa com a certeza de que os genitores se manterão bem e estarão acompanhados (Ferraris, 2002).

A fratria possibilita às crianças enfrentarem os conflitos ao apoiarem-se mutuamente. Quanto maiores as crianças forem e quanto melhores forem suas condições de comunicação verbal, mais fácil será para elas a passagem por situações de grande dificuldade e de desamparo, como nos casos de morte, perda, separação, acidente etc. Nesse caso, os irmãos podem se tornar uma importante fonte de ajuda (Meynckens-Fourez, 2000): os vínculos fraternos, nessas situações, geralmente são reforçados e passam a fornecer um continente substitutivo, aumentando a lealdade entre os irmãos (Simeón, 2000).

Pereira e Piccinini (2007) relataram que as alterações podem ser múltiplas e complexas nas fratrias mistas devido à existência dos irmãos biológicos, com quem se vive ou viveu a totalidade da infância, e a vinda dos meio-irmãos, capaz de ocasionar instabilidades no sistema familiar. Sem dúvida, a família passa por um momento de transição e de expansão. A vinda de irmãos socioafetivos, por sua vez, ocorre a partir de algum tempo de vida. Devido a isso, os filhos podem passar de uma posição na constelação fraterna original para outra posição e inaugurar um novo funcionamento no subsistema dos irmãos, o que exige reorganizações.

Outros autores (Carter, 1995; Freitas, 2012; Ribeiro, 2005; Travis, 2003; Wagner, 2002; Wagner, Falke, & Meza, 1997) enfatizaram a tendência de as novas formações repetirem antigos padrões relacionais, trazidos das famílias anteriores, até progressivamente chegar à criação de uma nova identidade familiar singular. Muitas dificuldades enfrentadas podem ser atribuídas ao fato de se tomar a família nuclear intacta como modelo de família a ser seguido.

A família extensa é referida como uma das fontes de apoio e de ajuda nos momentos de dificuldades. Trata-se, principalmente, de avós ou tios, normalmente parentes por parte do genitor guardião, com quem a família mantém maior contato (Araújo & Dias, 2002; Cano et al., 2009; Garbar & Theodore, 2000; McGoldrick & Carter, 1995; Marcondes, 2009). Dias e Silva (1999) já haviam

mencionado que o suporte dos avós é essencial, especialmente nos momentos de crise vividos pela família, como é o caso de divórcios e recasamentos. Sweeney (2007), na realidade americana, também constatou que os filhos que não contaram com o apoio dos familiares tenderam a apresentar maiores dificuldades de adaptação à nova família.

As famílias recasadas podem ser o grande exemplo de união familiar e de valores que são ofertados aos jovens, qualificando as relações estabelecidas. Como Wagner (2002) pontuou, independentemente da configuração, a família é o local onde se experenciam as emoções mais intensas e determinantes dos seres humanos, nos seus aspectos positivos ou negativos. O fato de a criança coabitar com um ou outro par parental (mãe/padrasto ou pai/madrasta) não se associa à possibilidade de maior ou menor bem-estar dos filhos. O que predominaria seria o desempenho dos papéis e a qualidade das relações existentes entre seus membros (Oliveira, Siqueira, Dell'Aglio & Lopes, 2008; Wagner, Ribeiro, Arteche, & Bornholdt, 1999).

entre 15 e 24 anos de idade, cujos pais tinham recasado pela primeira vez, saindo de uma separação consensual ou litigiosa. Adotou-se como critério de inclusão que a união decorrente do recasamento já durasse, no mínimo, quatro anos, período estabelecido porque estudos apontaram que, em se tratando de famílias recasadas, o sentimento de se estar em família processa-se em um período de dois a quatro anos (Dahl, Cowgill, & Asmundsson 1987; McGoldrick & Carter, 1995; Travis, 2003). Todos os participantes atenderam ao requisito de possuírem, no mínimo, um irmão biológico, e/ou meio-irmão, e/ou irmão socioafetivo, independentemente do fato de com ele corresidir no momento da pesquisa, contanto que houvesse contato. Não houve preferência relacionada ao sexo dos entrevistados, porém, coincidentemente, dois são do sexo masculino e dois do sexo feminino.

O Quadro 1 apresenta os dados sociodemográficos dos jovens. Os nomes referidos, não apenas dos participantes, mas dos (as) padrastos/madrastas, irmãos biológicos, irmãos políticos e meio-irmãos, são fictícios para preservar a identidade dos participantes.

Método

Participantes

Participaram da pesquisa quatro pessoas: uma adolescente e três jovens adultos na faixa etária

Instrumentos

Foi utilizado um roteiro de entrevista, elaborado pelas pesquisadoras, composto pelos dados sociodemográficos e por questões relacionadas aos objetivos da pesquisa. A entrevista foi conduzida de forma semidirigida.

Quadro 1
Dados sociodemográficos dos participantes do estudo

Dados	Alice	Bruno	Carlos	Denise
Idade	15 anos	24 anos	22 anos	22 anos
Tempo de separação dos genitores	10 anos	10 anos	18 anos	17 anos
Pais recasados	Mãe há 4 anos	Mãe há 8 anos Pai há 5 anos	Pai há 16 anos Mãe há 7 anos (duração de um ano)	Pai há 16 anos
Irmãos biológicos		Dois irmãos de 28 e 27 anos	Irmã de 25 e irmão de 24 anos	Dois irmãos de 14 e 20 anos
Meio-irmãos	Um menino de 4 anos		Uma menina de 16 anos e 2 meninos de 11 e 5 anos	Dois meninos de 9 e 3 anos
Irmãos socioafetivos	Um menino de 7 anos	Um menino de 11 anos		

Procedimentos

Inicialmente, a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da instituição, sob o nº 046/2008. O acesso aos participantes se deu por meio de indivíduos do conhecimento pessoal. Tratou-se, portanto, de uma amostra de conveniência. O contato inicial se deu por telefone e, após a concordância em participar, agendou-se a entrevista. Foi solicitado que os entrevistados assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e, em referência àquela que não havia alcançado a maioria, os responsáveis autorizaram a entrevista e assinaram o referido termo. A entrevista foi realizada individualmente, gravada e transcrita.

O material obtido a partir das entrevistas foi analisado de acordo com a Análise de Conteúdo, especificamente a Análise Temática. Segundo Minayo (2004, p.209), ela consiste “em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifique alguma coisa para o objetivo analítico visado”. Dessa forma, foram analisados os seguintes temas: o relacionamento entre os genitores antes e após o recasamento; o convívio com padrasto/madrasta; a organização do subsistema fraterno; nova família, novas regras; as expectativas dos filhos nas famílias recasadas.

Resultados e Discussão

O relacionamento entre os genitores antes e após o recasamento

Nesse tema, a intenção foi compreender a percepção dos filhos sobre o processo de separação e recasamento dos genitores, os sentimentos experimentados diante do comportamento e das atitudes tomadas, o tipo de relação estabelecida entre os pais e a posição dos filhos diante desse quadro. O término da conjugalidade dos pais, como não poderia deixar de ser, foi um evento marcante em suas vidas.

Os filhos que acompanham momentos difíceis e litigiosos na separação parental podem

estabelecer alianças com um dos genitores, normalmente o guardião, pelo fato de perceberem-no de forma mais positiva. Segundo Brito (2007), essa escolha não depende do sexo do genitor, mas das circunstâncias que foram presenciadas, como exemplifica a seguinte fala:

... eu me lembro que, eu mesmo pequeno, disse para ela: ‘nós não vamos viver com a senhora, vamos viver com o nosso pai, e isso é uma opção nossa’ e ela transtornada porque nem os filhos queriam ficar com ela. Ela decidiu ir para outro Estado (Bruno, 24 anos).

Nas falas dos entrevistados, ficou claro que, conforme foram crescendo, deram-se conta da situação em que a família estava imersa e perceberam a necessidade da separação conjugal. Em todos os casos, o contato com o genitor não residente permaneceu, mesmo à distância. Não lhes foi proibido o acesso, e as visitas foram constantes, com exceção de Denise, que veio a romper, posteriormente, com sua mãe. Acredita-se que esse fato favoreceu a compreensão do divórcio e o apoio ao recasamento dos genitores, por terem sido preservadas e respeitadas as relações pais-filhos.

Além disso, em todos os casos, a separação ocorreu há mais de dez anos, e os genitores já se recasaram há mais de quatro anos, o que possibilitou uma visão em que os sentimentos já estão mais elaborados. Os filhos permaneceram na mesma residência e apoiaram o genitor que ficou com sua guarda.

Os pais que se separam cordialmente apresentam maior cooperação parental; já os que rompem em meio a conflitos e hostilidades mantêm-se distantes, comunicando-se apenas sobre os assuntos necessários referentes aos filhos. Esse é o caso de Bruno, cujos pais têm relacionamento formal. Quanto à Denise, não há relacionamento entre os pais. Já em relação à Alice, todos são amigos e, por fim, Carlos mencionou que hoje os genitores se comunicam com frequência.

Nos casos em que a decisão de terminar a relação foi mútua e os filhos foram esclarecidos sobre as posições tomadas, o ajustamento entre os períodos da “separação do sistema” (a concretiza-

ção da separação) e da “reorganização do sistema” (transição para uma nova estrutura e funcionamento familiar) foi menos conflituoso, diferentemente dos que vivenciaram disputas, agressões e desafetos entre os pais. Esses sofreram com a desordem instaurada, o que comprometeu a qualidade da vida pós-divórcio. A transição para a “redefinição do sistema” - autodefinição e estabilização dos membros da família -, foi mais dolorosa, conforme fora observado por Peck e Manocherian (1995).

O convívio com padrasto/madrasta

Nesse aspecto, procurou-se conhecer o relacionamento dos filhos com os novos cônjuges dos pais e como evoluiu o convívio, desde o início do recasamento até o presente. As falas de três participantes ilustram sua relação com o padrasto e a madrasta:

... é a visão de homem que eu tenho em casa. Ele (o padrasto) pegou uma fase meio complicada porque eu não era mais criança, mas agia como uma. Era uma fase de conflito, são fases que a gente precisa do apoio da família e da figura de pai dentro de casa... É que ele paga as coisas lá em casa, meu pai também, mas não é ele que está lá em casa comigo. Por isso que eu digo, às vezes, que eu gosto mais dele do que de meu pai. Eu sou aberta a falar sobre coisas com Sérgio que não sou aberta a falar com meu pai (Alice, 15 anos).

... ela servia um pouco de mãe para a gente, eu contava um pouco das minhas coisas para ela (madrasta)...Que pena que meu pai não casou com ela quando eu era adolescente porque eu ia usar o colo dela um bocado, porque eu precisei muito (Bruno, 24 anos).

Ele se dava bem conosco, era professor e ensinava nossas tarefas. Dava uns cartões de vez em quando, se a gente fazia coisa errada, mas ninguém falava coisas do tipo “Você não é meu pai”. A gente sentia que minha mãe tava feliz. Quando eles se separaram eu fiquei sem entender porque ele queria ter um filho se já tinha a gente (Carlos, 22 anos).

Os entrevistados expressaram a boa convivência e os ganhos que obtiveram com os novos cônjuges dos pais: embora admitissem que foram necessárias adaptações, todos estavam dispostos a investir nessa família e a querer que ela desse certo. A carência em relação ao genitor não residente pode ter contribuído para a boa aceitação desses personagens. A abertura e a aceitação apresentadas pelos padrastos e pelas madrastas, que não chegaram mandando ou interferindo de forma direta na casa e nas relações, possibilitaram o desabrochar da afetividade. Eles foram se adaptando progressivamente, sem imposição, sem negligência e sem denegrir a imagem do pai e da mãe biológicos. Assim, eles possibilitaram espaço para que os sentimentos fossem expostos e compreendidos.

Nos casos apresentados, a relação satisfatória, referida pelos entrevistados, entre os pais biológicos e os novos parceiros contribuiu para o ajustamento da família recasada. Tanto os genitores não residentes como os padrastos e as madrastas tiveram bom manejo, mantendo uma relação cordial, sem posicionar os filhos em disputas de afetos. Na pesquisa que Dahl et al. (1987) realizaram, na realidade americana, ficou evidenciada que a boa relação entre padrastos/madrastas e enteados contribui para a satisfação conjugal do novo casal. Os autores também constataram que o casal, na maioria das vezes, prefere manter um relacionamento distante com o ex-cônjuge do novo parceiro.

Os filhos que estão na fase de saírem de casa podem se sentir responsáveis por seus pais e receosos de deixarem os genitores guardiões sozinhos, conforme afirmou Ferraris (2002). Para Bruno, o recasamento foi importante para seu pai. Carlos também expressou o desejo de a mãe ter alguém para cuidar dela, porque “*Vai chegar o dia de sair todos de casa e ela vai ficar sozinha*”.

Como apontaram Freitas (2012), Guimarães e Amaral (2009), Paulo (2006), Wagner e Sarriera, (1999), as famílias recasadas baseiam-se em modelos da família nuclear intacta, e as funções estão culturalmente associadas ao gênero: os padrastos incumbem-se, como é tradição do gênero masculino, da provisão financeira da família; das madrastas esperam-se os cuidados afetivos e domésticos. Foi

o que ocorreu com os entrevistados, que pontuaram que os relacionamentos satisfatórios com os padrastos e/ou com as madrastas indicam que eles assumiram os papéis socialmente esperados, convergindo para as necessidades familiares, como no relato de Bruno: “... quando ela chega em casa, ela faz comida para a gente, dá atenção e diz: “Venha cá meu filho”. Faz com muito carinho e por mais que já sejamos adultos a gente gosta disso, na verdade, a gente tem a carência disso”.

O único caso em que não existe uma boa relação é o de Denise, que não relatou experiências agradáveis com a madrasta, porém parece se tratar de um caso de dificuldades da madrasta, que é agressiva com os próprios filhos, sendo Denise e um irmão os responsáveis pela proteção destes. Na fala de Denise, notou-se o desejo de ter uma figura materna: a madrasta, no início, correspondeu às expectativas, porém depois se transformou num pesadelo. Primeiramente, Sandra (madrasta) veio do interior para ajudar a cuidar das crianças, após o doloroso processo da separação dos genitores; com o tempo, foi assumindo mais espaços na casa até que se casou com o pai de Denise e tudo mudou:

... quando eu a conheci ela era muito simpática, muito parecida comigo, foi aí que eu comecei a me soltar mais porque eu comecei a ter uma vida direita com o meu pai. Só que as coisas não foram do jeito que era para ser, porque aquela pessoa que a gente estava aprendendo a amar, porque de uma forma ou de outra ela estava cuidando da gente, como a gente não tinha a presença da mãe, começou a nos tratar de uma forma que não fizesse a gente gostar mais dela, de uma forma que ela que mandava... era traumático (Denise, 22 anos).

Denise relatou momentos de angústia e de desespero pela forma como Sandra conduzia a casa e a educação dos enteados. Através do seu relato, levanta-se a possibilidade de que mesmo que o recasamento do pai tenha despertado nela sentimentos de ciúme, a agressividade da madrasta agravou a situação, porque também os irmãos passaram por situações semelhantes à dela. A madrasta só diminuiu sua agressividade quando Denise apresentou sintomas depressivos, neces-

sitando de cuidado médico e psicoterápico. Esse é um caso bem particular.

Organização do subsistema fraterno

Nesse terceiro tema, buscou-se descrever como se organizou o subsistema fraterno, uma vez que, com a inserção de irmãos socioafetivos e meios-irmãos, ocorrem mudanças na dinâmica das fratrias. Os entrevistados que têm irmãos biológicos expressaram seu companheirismo, corroborando os achados de Oliveira (2005; 2006), Siméon (2000), Wagner e Sarriera (1999). Para os citados autores, os irmãos biológicos, por terem vivenciado experiências afetivas semelhantes com a separação de seus progenitores, construíram uma cumplicidade que oportunizou uma relação mais satisfatória e de cuidados, com o desempenho de um papel ativo no ajustamento ao divórcio dos pais. As falas, a seguir, exemplificam a cumplicidade:

... um dos meus irmãos tava chorando, eu nem olhava para eles e nem perguntava o que tava acontecendo porque eu sabia o que era. Não adiantava fazer uma pergunta se eu tava sentindo a mesma coisa que eles. Então sempre dormia junto os três, a gente ouvia o soluço do outro e ficava calado, às vezes eram os três com soluço e eu era o que mais chorava, e isso fazia com que todos sofressem (Bruno, 24 anos).

Conversar a gente conversa muito, não sei se existe consenso em tudo, mas confiamos um no outro... (Carlos, 22 anos).

Entre os entrevistados que têm meio-irmãos (Alice, Carlos e Denise), os sentimentos demonstrados foram de alegria, descrevendo o nascimento desses como um evento especial para a família e para eles mesmos. A chegada do meio-irmão funciona como uma possibilidade de estabilidade para o recasamento dos pais, afastando o “fantasma” da reedição de uma separação (Oliveira, 2005). Desse modo, a nova criança pode contribuir para fortalecer a ligação entre o casal, reforçando a concretização da relação, que perderia o caráter de precariedade, tendendo a ser bem aceita pelos filhos do primeiro casamento (Stewart, 2005). Trechos que exemplificam isto:

Assim, quando meu meio-irmão nasceu dormia no meu quarto. Ele acordava de madrugada e era eu que levava ele para mainha. Então terminou naquele papel de mãe, entendeu? Mainha ia trabalhar e eu ficava com ele em casa, até hoje quando a empregada vai embora eu fico com ele. Aí tenho como um amor de mãe, eu mataria e morreria por ele (Alice, 15 anos).

A gente conhece nossos irmãos lá (onde o pai mora), mas conversa mais pela internet. É bom porque eu fico sabendo o que está acontecendo. Eu também dou conselho a eles (Carlos, 22 anos).

No subsistema fraterno da família recasada, as maiores alterações e adaptações ocorrem com a chegada dos irmãos socioafetivos. Eles são percebidos como os que vêm de fora e que devem se adequar ao espaço e funcionamento da casa e a seus membros. As diferenças na educação e nos costumes foram os pontos mais ressaltados pelos entrevistados, como fontes de conflitos na relação com eles. Contudo, com o tempo e o convívio, uma história em comum é construída, o que possibilita se perceberem como irmãos. No entanto, Alice, que tem um meio-irmão e um irmão socioafetivo, realçou a diferença existente entre eles, provavelmente baseada na consanguinidade.

Eu mataria e morreria por ele (meio-irmão). Mas por Gabriel (irmão socioafetivo) não, é meu irmão, mas não tenho aquele cuidado, gosto, gosto dele, mas não é como o Fábio, não é o mesmo cuidado. Não é nem o mesmo tipo de amor, nem o mesmo tipo de carinho. Fábio é irmão-filho; Gabriel: irmão-amigo; irmão-primos. É mais ou menos isso (Alice, 15 anos).

Essa fala corrobora a afirmação de Cano et al. (2009), que pontuam que a consanguinidade é uma das variáveis que facilita o sentimento de pertencimento na família recasada.

Nova família, novas regras

Nesse quarto tema, analisou-se o processo de adaptação à nova família, suas regras, as faci-

lidades e as dificuldades com que se depararam os filhos do recasamento. Apesar de os participantes terem apresentado o desejo e as expectativas de que os padrastos e as madrastas assumissem papéis tradicionais, correspondentes aos das famílias intactas, percebe-se que houve maior flexibilização por parte de todos os envolvidos nessa nova configuração familiar. Dificuldades são comuns nos primeiros anos do recasamento por tratar-se de pessoas que não tinham uma ligação. Quando ocorre a vinculação aos parceiros de seus genitores, surge o temor de passar por outra experiência de desestruturação familiar, o que pode explicar a necessidade da flexibilidade a fim de manter a união familiar.

Podem ocorrer confusões sobre a educação dos filhos em relação à forma de se referir aos novos parceiros dos pais, à organização do espaço doméstico e aos limites e às fronteiras a serem estabelecidos entre os que fazem parte dessa recém-formada configuração. Contudo, com flexibilidade e paciência, diálogo, negociação e respeito à individualidade e ao ritmo de cada um, torna-se possível a adaptação tanto dos pais como dos filhos. Foi o que expressaram Alice, Bruno e Carlos. O seguinte trecho revela a dificuldade dos primeiros momentos após o recasamento do pai:

Quando ela (madrasta) chegou, a gente se sentiu um pouco desconfortável, por exemplo, o guarda-roupa era bastante bagunçado. Ela nunca vinha diretamente conversar isso conosco, ia conversar com meu pai, muito calma, e depois meu pai pedia para a gente arrumar. A gente reconhecia que estava errado (Bruno, 24 anos).

As necessidades expressas pelos participantes referiram-se à falta do genitor não residente e ao papel que deveria ser desempenhado por ele. As entrevistas retrataram essa carência afetiva, que, em três casos, pôde ser suprida pelo novo componente da família: o padrasto ou a madrasta. Os membros da família extensa também podem contribuir para a transmissão de apoio e segurança nesse momento de suas vidas, conforme referiram Araújo e Dias (2002); Cano et al. (2009); Garbar e

Theodore (2000), McGoldrick e Carter (1995) e Marcondes, 2009. A fala de Carlos exemplifica a importância dos familiares: *Os avós e minhas tias por parte de mãe ajudaram bastante. Eu sempre fui muito apegado a eles* (Carlos, 22 anos).

É interessante salientar a importância da família extensa ao exercer influência na constituição da nova família. Ela tanto pode facilitar a adaptação dos novos membros do sistema familiar como criar obstáculos ao recasamento através da lealdade aos antigos genros/noras, cunhados ou tios (Marcondes, 2009; Oliveira, 2005).

As expectativas dos filhos na família recasada

Ao falarem sobre sua família atual, os entrevistados deixaram claro que, apesar das mudanças ocasionadas pelo recasamento e das adaptações necessárias, a experiência proporcionou ganhos:

Eu sou muito feliz porque tenho essa minha família. Hoje eu a tenho como parâmetro para o que eu quero ter e quero construir (Bruno, 24 anos).

Eu gostaria de dizer que existem boas madrastas, não são todas más, e que a gente deve tentar ser feliz na medida do possível. É o que estou fazendo (Denise, 22 anos).

Os participantes relataram as experiências vividas com a separação e o recasamento dos pais como uma situação que ensejou mais maturidade, riqueza e diversidade nas interações sociais. Esses jovens demonstram maior disponibilidade para as relações externas, ou seja, enxergam nos amigos fontes importantes de contato e afeto. Eles se percebem com condição de atravessar as adversidades e as dificuldades da vida sem se verem em situações intransponíveis. Apresentam, ainda, forte desejo de constituir sua própria família, valorizando e priorizando essa instituição. Eles expressaram o desejo de ascensão profissional e de ver sua família aprimorar o que já foi conquistado. Não acreditam em famílias idealizadas, que são sempre felizes e sem problemas. Excetuando Denise, apostam nos rela-

cionamentos de seus genitores e os veem bem e realizados.

Autores como Oliveira et al. (2008), Wagner e Sarriera (1999) alertaram que não se deve minimizar a importância da separação e do recasamento e as modificações que esses fatos acarretam na vida dos filhos. Contudo, se as dificuldades forem elaboradas ao ponto de se construir um ambiente familiar que ofereça confiança, afeto e cuidado, isso pode propiciar desenvolvimento de habilidades sociais favorecedoras de recursos para a convivência com pessoas distintas.

Diante do exposto, identifica-se que, na situação de recasamento dos genitores, o convívio é fundamental para que se estabeleçam vínculos afetivos e sentimento de pertencimento à família. Todos os participantes declararam que adaptações foram necessárias, mas que se mostraram dispostos a cooperar, talvez pelo fato de a nova família ter sido desejada por eles mesmos e por terem percebido aspectos positivos nas novas interações.

Vale destacar como importante o manejo dos genitores e de seus novos companheiros para a efetivação dessa nova família ao apresentarem flexibilidade, disponibilidade e paciência. Além disso, o tempo foi um forte aliado, uma vez que todos estão inseridos nas famílias recasadas há mais de quatro anos, que é o tempo considerado necessário à adaptação pelos pesquisadores do tema. Em todos os casos, os jovens encontraram apoio na família extensa, especialmente à época da separação dos progenitores.

O comportamento e o acesso aos genitores não guardiões são fontes de segurança para que os filhos sintam que podem amar outra pessoa (padrasto/madrasta) sem sentir culpa por essa afeição. Por sua vez, o estabelecimento de uma relação respeitosa e enriquecedora entre os padrastos/madrastas e enteados é possível, conforme exposto neste trabalho. Considera-se que ocorreu o que se poderia chamar de uma "adoção parental" por parte dos filhos, que buscam nesses novos personagens a concretização de uma família e os cuidados que deveriam ser dispensados pelo genitor não residente. Aquela que não conseguiu manter

um bom relacionamento com a genitora, Denise, mostrou maior dificuldade de adaptação.

Apesar das mudanças que o recasamento ocasionou em suas vidas, como alteração na estrutura física (perda de privacidade), na rotina (novos hábitos e interações com pessoas) e na dinâmica da casa, os participantes apontaram mais aspectos positivos nessa nova configuração, tais como atenção, carinho, alguém para cuidar deles e conversar com eles. Tudo isto fez com que a adaptação ocorresse a contento. A exceção se refere a um caso, já referido, em que se detectaram indicadores de desajustamento nos seus responsáveis, ou seja, em seus genitores e em sua madrasta. Desse modo, o estudo mostrou que essa configuração não produz, necessariamente, jovens problemáticos ou rebeldes. Acredita-se que, independentemente da estrutura familiar em que as pessoas vivem, a qualidade das interações é fundamental para o bem-estar e o desenvolvimento saudável dos filhos.

Vale salientar algumas peculiaridades que se traduziram nos resultados da pesquisa. A primeira delas refere-se à disponibilidade dos jovens e mesmo ao desejo de participar do estudo, que parece ter propiciado uma oportunidade de descarga e reelaboração de sua experiência, embora tenha sido apenas uma entrevista. Acredita-se que o tempo decorrido desde a separação dos pais, no mínimo dez anos, bem como do recasamento, no mínimo quatro anos, deu-lhes mais maturidade e tempo para se sentirem adaptados e estabilizados de forma a aceitar a participação no estudo.

Para a maioria, o recasamento possibilitou o sentimento de bem-estar e uma boa interação entre todos os componentes, podendo-se afirmar que houve a adoção parental e uma tessitura afiliativa por parte dos filhos, assim como uma coparentalidade por parte dos (das) padrastos/madrastas, unindo-os (as) em um novo sistema. Nos casos apresentados, foi observado que é possível estabelecer relações saudáveis e satisfatórias na família recasada. Talvez esse seja o grande desafio a ser enfrentado pelos profissionais que lidam com tais famílias, uma vez que a tendência predominante é focar as mudanças e as consequências negativas.

Referências

- Araújo, M. R. L., & Dias, C. M. S. B. (2002). Papel dos avós: apoio oferecido aos netos antes e após situações de separação/divórcio dos pais. *Estudos em Psicologia (Natal)*, 7(1), 91-101.
- Brito, L. M. T. (2007). Família pós-divórcio: a visão dos filhos. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*, 27(1), 32-45.
- Bucher, J. S. N. F. (1999). O casal e a família sob novas formas de interação. In T. Feres-Carneiro (Org.), *Casal e família: entre a tradição e transformação* (pp.82-95). Rio de Janeiro: Nau.
- Cano, D. S., Gabarra, L. M., Moré, C. O., & Crepaldi, M. A. (2009). As transições familiares do divórcio ao recasamento no contexto brasileiro. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(2), 214-222.
- Carter, E. (1995). Famílias reconstituídas: a criação de um novo paradigma. In M. Andolfi, C. Angelo & C. Saccu (Orgs.), *O casal em crise* (pp.192-198). São Paulo: Summus.
- Dahl, A. S., Cowgill, K. M., & Asmundsson, R. (1987). Life in remarriage families. *Social Work*, 32(1), 40-44.
- Dias, C. M. S. B., & Silva, D. V. (1999). Os avós: uma revisão da literatura nas três últimas décadas. In T. Feres-Carneiro (Org.), *Casal e família: entre a tradição e a transformação* (pp.118-149). Rio de Janeiro: Nau.
- Falke, D. (2002). Mães e madrastas: quem são estas personagens? In A. Wagner (Org.), *Família em cena: tramas, dramas e transformações* (pp.77-91). Petrópolis: Vozes.
- Ferraris, A. O. (2002). Filhos de famílias divorciadas e reconstituídas: identidade e história familiar. In M. Andolfi (Org.), *A crise do casal: uma perspectiva sistêmico-relaciona* (pp.249-263). Porto Alegre: Artmed.
- Freitas, H. R. M., Silva, S. S. C., & Pontes, F. A. R. (2012). Percepção de conflito em uma família recasada constituída por um filho com paralisia cerebral. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 18(1). Recuperado em maio 20, 2012, de www.scielo.br
- Garbar, C., & Theodore, F. (2000). *Família mosaico*. São Paulo: Augustus.
- Guimarães, N. V. O., & Amaral, A. C. (2009). Famílias com filhos de casamentos anteriores. In L. C. Osório & M. E. P. Valle (Orgs.), *Manual de terapia familiar* (pp. 273-285). Porto Alegre: Artmed.
- Hackener, I., Wagner A., & Grzybowski, L. S. (2006). A manutenção da parentalidade frente à ruptura da conjugalidade. *Pensando Famílias*, 10(2), 73-86.
- McGoldrick, M., & Carter, B. (1995). Construindo uma família recasada. In B. Carter & M. McGoldrick (Orgs.), *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar* (2ª ed., pp.344-369). Porto Alegre: Artmed.

- Maldonado, M. T. (1986). *Casamento: término e reconstrução* (2ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Maldonado, M. T. (2006). *Cá entre nós: na intimidade das famílias*. São Paulo: Integre Editora.
- Marcondes, G. S. (2009). Continuidades e rupturas: relações entre avós, pais e netos em contextos de separação e recasamentos. Trabalho apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Sociologia Consensos e Controvérsias. Rio de Janeiro, 28 a 31 de julho, 2009.
- Meynckens-Fourez, M. (2000). A fratria: o ponto de vista eco-sistêmico. In E. Tilmans-Ostyn & M. Meynckens-Fourez (Orgs.), *Os recursos da fratria* (pp.19-53). Belo Horizonte: ArteSã.
- Minayo, M. C. (2004). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. (8ª ed.). São Paulo: Hucitec.
- Minuchin, S., & Nichols, M. (1995). *A cura da família*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Oliveira, A. L. (2005). *Irmãos, meio-irmão e co-irmãos: a dinâmica das relações fraternas no recasamento* (Tese de doutorado não-publicada). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Oliveira, A. L. (2006). Família e irmãos. In C. M. O. Cervený (Org.), *Família e... narrativas, gênero, parentalidade, irmãos, filhos nos divórcios, genealogia, história, estrutura, violência, intervenção sistêmica, rede social* (pp.63-81). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Oliveira, D., Siqueira, A.C., Dell'Aglio, D., & Lopes, R.C.S. (2008). Impacto das configurações familiares no desenvolvimento da criança e adolescentes: uma revisão da produção científica. *Interação em Psicologia*, 12(1), 87-98.
- Paulo, B. M. (2006). *Novas configurações familiares e seus vínculos sócio-afetivos* (Dissertação de mestrado não-publicada). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Peck, J. S., & Manocherian, J. R. (1995). O divórcio nas mudanças do ciclo de vida familiar. In B. Carter & M. McGoldrick (Orgs.), *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar* (2ª ed., pp.291-320). Porto Alegre: Artmed.
- Pereira, C. R. R., & Piccinini, C. A. (2007). O impacto da gestação do segundo filho na dinâmica familiar. *Estudos de Psicologia* (Campinas), 24(3), 385-395. doi: 10.1590/S0103-166x2007000300010
- Ribeiro, R. M. F. (2005). *Adoção emocional em famílias de recasamento* (Dissertação de mestrado não-publicada). Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Siméon, M. (2000). Em que se transformaram as fratrias depois das separações e recomposições? In E. Tilmans-Ostyn & M. Meynckens-Fourez (Orgs.), *Os recursos da fratria* (pp.135-162). Belo Horizonte: ArteSã.
- Stewart, S. D. (2005). How the birth of a child affects involvement with stepchildren? *Journal of Marriage and Family*, 67(5), 461-473.
- Sweeney, M. M. (2007). Stepfather families and the emotional well-being of adolescents. *Journal of Health and Social Behavior*, 48(3), 33-41.
- Travis, S. (2003). *Construções familiares: um estudo sobre a clínica do recasamento* (Tese de doutorado não-publicada). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Wagner, A. (2002). Possibilidades e potencialidades da família: a construção de novos arranjos a partir do recasamento. In A. Wagner (Org.), *Família em cena: tramas, dramas e transformações* (pp.23-38). Petrópolis: Vozes.
- Wagner, A., Falke, D., & Meza, E. B. D. (1997). Crenças e valores dos adolescentes nas famílias originais e reconstituídas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 10(1), 157-169.
- Wagner, A., Ribeiro, L. S., Arteché, A. X., & Bornholdt, E. A. (1999). Configuração familiar e o bem-estar psicológico dos adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica* 12(1), 147-156. Recuperado em abril 19, 2009, de www.scielo.br
- Wagner, A., & Sarriera, J. C. (1999). Características do relacionamento dos adolescentes em famílias originais e reconstituídas. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Casal e família: entre a tradição e transformação* (pp.15-30). Rio de Janeiro: Nau.

Recebido em: 1/3/2012
 Versão final em: 9/11/2012
 Aprovado em: 1/2/2013

